



# ECONOMIA DA DEFESA: UM ESTUDO DA DINÂMICA ESTRUTURAL-DIFERENCIAL DAS MESORREGIÕES BRASILEIRAS\*

**Gustavo Inácio de Moraes**

Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS).

Doutor em Economia Aplicada (ESALQ/USP).

E-mail: gustavo.moraes@pucrs.br

**Guilherme Penha Pinto**

Capitão-Tenente (QC-IM). Oficial de Intendência do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio Grande.

Mestre em Organizações e Mercados (UFPEL). E-mail: guilherme.penha.pinto@gmail.com

**Gabrielito Rauter Menezes**

Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande (PPGE/FURG).

Doutor em Economia Aplicada (PPGE/UFRGS).

E-mail: gabrielitorm@gmail.com.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica do emprego do nas mesorregiões brasileiras, nos anos de 2006 e 2013. A análise é feita utilizando o método estrutural modificado, buscando avaliar o desempenho do setor CNAE ligado às atividades da Defesa. Os principais resultados encontrados foram que as mesorregiões apresentaram um crescimento condizente com a Estratégia Nacional de Defesa, sendo que a distribuição do nível de atividade do setor se manteve estável.

**Palavras-chave:** Método estrutural-diferencial. Mesorregiões. Economia da defesa.

## ABSTRACT

*This article aims to analyze the dynamics of employment in the Brazilian mesoregions in the years 2006 and 2013. The analysis is made using the modified structural method, seeking to evaluate the performance of the CNAE sector linked to Defense activities. The main results were that the mesoregions presented a growth consistent with the National Defense Strategy, and the distribution of the activity level of the sector remained stable.*

**Keywords:** Structural-differential method. Mesoregions. Defense economy.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda a dinâmica de crescimento do emprego nas mesorregiões brasileiras, entre 2006 e 2013 para o setor do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) ligado a economia da defesa, em especial a subclasse Defesa. Partindo-se dessa descentralização do emprego, o objetivo é identificar quais as mesorregiões que perderam emprego, e quais estão ganhando emprego e

se foram os que mais cresceram comparadas com o Brasil.

As inversões no Setor de Defesa, em especial, de caráter temporário, quando analisados, frente a um grande esforço de guerra, os municípios dos Estados Unidos da América do Norte, apresentaram um desenvolvimento extensivo e não intensivo, uma vez que, os impulsos não se correlacionaram com os indicadores econômicos. Assim sendo, constatou-se que gastos exauríveis no tempo

\*Versão preliminar do artigo apresentada no II Encontro Regional Sul da ABED em 2017.

não afetam no longo prazo as relações de produção do ponto de vista regional. Além disso, destaca-se o comércio local como fonte de mensuração dos impactos (CULLEN; FISCHBACK, 2006).

Ao estudar-se essa dinâmica, verificar-se-á se tal sistemática se deve a fatores nacionais e/ou regionais. O estudo começará analisando os indicadores de crescimento do emprego em todas as mesorregiões brasileiras, assim como do setor de Defesa. Para atingir os objetivos propostos, utilizar-se-á como metodologia o método estrutural-diferencial.

Na sequência desse artigo, apresenta-se uma breve caracterização da Economia da Defesa. Na seção 3, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Na seção 4 os resultados são descritos e discutidos, enquanto que na seção 5 são apresentadas as considerações finais.

## 2. ECONOMIA DA DEFESA E OS SETORES DE INFLUÊNCIA

No Brasil no último meio século o tema que trata sobre o papel das Forças Armadas é discutido sob o ponto de vista da agregação de valor para a sociedade. Tal discussão é embendada pelo recente período de governos militares que o país viveu, fato que corrobora para uma discussão superficial, sem atentar para questões estratégicas e técnicas pertinentes, calcadas na visão de que os assuntos de Defesa são uma questão de Estado, envolvendo toda a sociedade (ALCÂNTARA, 2007, p. 27).

Segundo Brasil (2012), no Estado brasileiro as novas facetas foram apresentadas para a Defesa Nacional, frente a tradicional preocupação com os demais estados componentes do concerto das nações, temas como biodiversidade, biopirataria, escassez de recursos, drogas, atos terroristas, entre outros demandam a articulação dos recursos de Defesa para o atendimento desses novos e complexos desafios.

O foco da presente discussão será analisar o comportamento do setor ligado às atividades de Defesa, ou seja, auscultar a dinâmica da principal atividade econômica da CNAE que contribui para a realização dos atos que visam obter, resguardar ou recompor uma condição de segurança nacional, a qual é um bem público. De um modo geral, os gastos produtivos são aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos ou produtos públicos são iguais aos custos marginais para obtê-los.

O Brasil em função do seu contexto territorial e relevância no concerto das nações deve voltar a discussão do desenvolvimento econômico, em especial, quanto aos pontos de estrangulamento da economia brasileira que atentam contra o crescimento equilibrado dos diversos setores econômicos, principalmente, aqueles voltados para segurança nacional, os quais dependem das inversões governamentais para a consolidação de

um sistema que traga garantias para os investimentos num círculo virtuoso. Ou seja, a presença de organizações focadas em Defesa nacional traz efeitos positivos para a economia nacional, bem como, para as regiões onde estão instaladas. Como exemplo, as bases militares, com suas tropas e familiares, trazendo grandes efeitos indiretos na dinâmica economia local, relativamente, mais presentes os impulsos em bens não transacionáveis (SILVA, 1981; BRADDON, 1995).

Cabe destacar que, existem diversos mecanismos de influência das inversões em Defesa nos diversos setores da economia nacional, gerando impulsos econômicos significativos do ponto de vista nacional e regional (PINTO; BETANÇA, 2014; MORAES et al, 2016).

Assim sendo segue a descrição dessa subclasse, empregados em Defesa, no Brasil, acordo a CNAE 2.2, está na Tabela 1, a seguir algumas referências do setor no período estudado. A Tabela 1 demonstra um aumento de 54% no quantitativo de empregados do setor:

Ano	Quantidade de Empregados
2013	331.222
2012	256.220
2011	272.292
2010	255.084
2009	263.782
2008	246.514
2007	201.077
2006	214.422

❑ Fonte: RAIS, adaptado pelos autores.

Pela Tabela 2, verifica-se que o aumento no número de empregados incrementou a faixa de 0 a 2 s.m., nesta faixa o aumento do número de empregados foi de 975%, considerando o poder de compra constante por meio da análise da variação dos salários mínimos (s.m.), verifica-se uma queda no nível de renda dos empregados do setor:

Intervalo de Salário	2006	2013	Aumento no nº de empregados por faixa
0 a 2 s.m.	4,75%	33,53%	975%
2 a 4 s.m.	28,52%	20,22%	8%
4 a 7 s.m.	28,26%	21,28%	14%
7 a 10 s.m.	17,24%	12,11%	7%
10 a 20 s.m.	16,82%	11,55%	4%
+ de 20 s.m.	4,41%	1,31%	-55%

❑ Fonte: RAIS, adaptado pelos autores. Vínculo ativo em 31/12.

A Tabela 3 demonstra a distribuição dos empregados pelos Estados da Federação, sendo verificado um movimento em direção as fronteiras do Norte e de importantes estados do Nordeste brasileiro.

UF	2006	2013	Variação na participação
17 - Tocantins	0,0000%	0,0000%	-
12 - Acre	0,0005%	0,0147%	3118%
51 - Mato Grosso	0,0110%	0,0663%	505%
21 - Maranhão	0,1119%	0,2796%	150%
25 - Paraíba	0,0224%	0,0492%	120%
31 - Minas Gerais	0,4992%	0,9618%	93%
28 - Sergipe	0,0187%	0,0303%	62%
16 - Amapá	0,0343%	0,0528%	54%
11 - Rondônia	0,1804%	0,2760%	53%
35 - São Paulo	3,5808%	4,4282%	24%
26 - Pernambuco	1,2889%	1,5794%	23%
41 - Paraná	0,5134%	0,5949%	16%
13 - Amazonas	1,5205%	1,7567%	16%
15 - Pará	1,6634%	1,7504%	5%
43 - Rio Grande do Sul	1,3456%	1,3737%	2%
29 - Bahia	0,8614%	0,8742%	1%
23 - Ceará	0,5563%	0,5511%	-1%
53 - Distrito Federal	66,0423%	65,3424%	-1%
33 - Rio de Janeiro	17,2721%	16,9801%	-2%
14 - Roraima	0,2485%	0,2283%	-8%
42 - Santa Catarina	0,4686%	0,4233%	-10%
52 - Goiás	0,4800%	0,3828%	-20%
50 - Mato Grosso do Sul	1,0482%	0,7368%	-30%
24 - Rio Grande do Norte	1,6534%	1,1340%	-31%
27 - Alagoas	0,0050%	0,0033%	-34%
22 - Piauí	0,0452%	0,0108%	-76%
32 - Espírito Santo	0,5280%	0,1191%	-77%

□ **Fonte:** RAIS, adaptado pelos autores.

Os dados demonstram uma mudança na distribuição dos empregados do setor de Defesa no território nacional, sendo necessário auscultar por meio de método próprio, tal como o estrutural-diferencial.

### 3. METODOLOGIA

No presente trabalho, a nossa ferramenta de análise e interpretação para os dados será o Método Estrutural-Diferencial Modificado, que vem sendo amplamente utilizado em trabalhos regionais voltados às possíveis explicações das variações setoriais em diferentes regiões para um dado período de tempo. Convém apontar que Haddad (1989) e Souza (2009) tecem maiores comentários acerca da seara metodológica.

Para que possamos compreender de maneira clara as diferentes variáveis que compõe tal método, é mais interessante partirmos do chamado Método Estrutural-Diferencial Clássico, que contribuiu na discussão de quais seriam os fatores por detrás do crescimento de determi-

nados setores em uma dada região, e como a presença de tais setores pode influenciar no crescimento dessa região.

Antes de prosseguir na apresentação do Método Estrutural-Diferencial Clássico, torna-se oportuno esclarecermos que esse método pode ser utilizado tanto com dados referentes ao valor bruto da produção, valor adicionado da produção, emprego entre outros, para o setor analisado em cada uma das mesorregiões pesquisadas tanto para o ano base quanto para o ano terminal. Sendo assim, buscaremos identificar através deste estudo, a variação do crescimento das mesorregiões analisadas, em termos do crescimento do número de empregos no setor de Defesa, pois, além do nível de emprego ser relativamente mais fácil de ser encontrado, é de interesse fundamental para a população de qualquer região, em especial para o setor terciário.

Além de usarmos o emprego para o setor Defesa, definiremos também como unidade de referência o nível de emprego no Brasil, ou seja, buscaremos observar a variação do emprego para o setor Defesa nas mesorregiões em comparação com esse mesmo setor quando tomado Brasil como um todo.

É importante destacarmos que, quando definimos o emprego como variável a ser utilizada na análise, devemos considerar que a produtividade da mão-de-obra seja praticamente igual para todos os municípios analisados, uma vez que os funcionários do setor recebem treinamento padronizado; pois, caso não fosse, determinada região poderia apresentar um crescimento muito grande em um dado setor apenas por apresentar nele uma produtividade de sua mão de obra extremamente alta.

#### ► 3.1. O Método Estrutural-Diferencial Clássico

O Método Estrutural-Diferencial Clássico parte da seguinte equação para descrever o crescimento regional:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 e + E_{ij}^o (e_i - e) + E_{ij}^o (e_{ij} - e_i) \quad (1)$$

Essa equação nos possibilita decompor a variação de um setor  $i$  de uma região  $j$  em termos do nível de emprego gerado no período de tempo considerado em três fatores: a variação teórica do emprego,  $E_{ij}^0 e$ , a variação estrutural ou proporcional,  $E_{ij}^o (e_i - e)$ , e a variação diferencial ou competitiva,  $E_{ij}^o (e_{ij} - e_i)$ . Vejamos o que representa cada um deles.

A variação teórica do emprego nos informa qual teria sido o crescimento em termos de emprego do setor  $i$  da região  $j$  caso ela apresenta-se o mesmo crescimento da taxa de variação do emprego nesse setor  $i$ , mas quando tomado a unidade de referência, ou seja, o Brasil.

A variação estrutural ou proporcional nos diz que, se a variação no emprego no Brasil em um determinado setor  $i$ ,  $e_i$ , for maior que a variação do emprego em todos os setores da economia do Brasil,  $e$ , isso significa que esse

setor está crescendo mais do que a economia do Brasil, e que se a região analisada contiver esse setor de rápido crescimento, ela também deverá apresentar uma variação no emprego positiva, ou seja, apresentará uma variação estrutural positiva. Esse, aliás, é comumente associado como uma das influências nacionais do crescimento regional, pois é originado de expansões da demanda interna e externa do país entre outras causas. Por outro lado, quando um setor apresentar um efeito estrutura negativo, há um forte indicativo de que a região analisada de buscar fazer uma reestruturação produtiva, ou seja, mudar seu perfil produtivo na direção de setores com atividades mais dinâmicas.

Por sua vez, a variação diferencial ou competitiva está relacionada a possíveis vantagens que determinada região possa ter. Se o setor  $i$  dessa região  $j$  apresenta um crescimento superior ao mesmo setor  $i$  quando tomado para o Brasil, significa que essa região de alguma forma possui vantagens, tais como facilidade de acesso aos mercados, matérias-primas em grande quantidade entre outras, que possibilitam um setor da economia crescer mais nessa região do que em outra e até do que no Rio Grande do Sul. Aqui novamente, necessita-se dar mais atenção caso esse efeito seja negativo. Caso algum setor apresentar uma variação diferencial negativa é de interesse fundamental buscar identificar possíveis características que estão fazendo esse município perder competitividade nesse setor.

Pode ser mais interessante trabalharmos com o conceito de Variação Líquida Total do emprego, ou Variação Total, ao invés da equação (1). Para chegarmos até esse conceito basta subtrairmos de ambos os lados da equação (1) a variação teórica do emprego,  $E_{ij}^0$ , o que nos possibilita chegarmos até a seguinte equação:

$$VLT_{ij} = E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_i - e) + E_{ij}^0(e_{ij} - e_i) \quad (2)$$

Onde  $VLT_{ij}$  é a diferença entre a variação real do emprego  $\Delta E_{ij}$ , e a variação teórica,  $E_{ij}^0 e$ .

Na equação (2) teremos uma variação líquida total do emprego de acordo com a variação tanto do efeito estrutural quanto do efeito diferencial. Se ambas as variações forem positivas, então teremos também uma variação líquida total positiva, se por outro lado, alguma das variações dos efeitos diferencial e estrutural for tão negativa a ponto de superar o efeito positivo do outro, então a variação líquida total deverá ser negativa. Evidentemente, se ambos os efeitos, estrutural e diferencial apresentarem variação negativa, também será negativa a variação líquida total.

A partir de tal análise, podem-se sugerir possíveis políticas de incentivo de investimento para as atividades econômicas que mais se destacaram na análise dos dados, a

fim de tornar a estrutura produtiva local mais dinâmica e competitiva com relação a outras regiões.

### 3.2. O Método Estrutural-Diferencial Modificado

Finalmente, podemos chegar até a equação final que representará o Método Estrutural-diferencial Modificado, no qual analisaremos os dados, apenas juntando tanto as contribuições de Steban-Marquillas e Stilwell, que foi originalmente proposto por Herzog e Olsen, e que nos fornece a seguinte equação para a variação líquida total do emprego de um dado setor  $i$  para uma dada região  $j$ , entre um período de tempo analisado:

$$VLT_{ij} = E_{ij}^0(e_i - e) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^t - E_{ij}^0)(e_{ij} - e) + (E_{ij}^t - E_{ij}^0 - E_{ij}^0 + E_{ij}^0)(e_{ij} - e_i) \quad (4)$$

Onde temos no lado direito da equação (4) o efeito estrutural,  $E_{ij}^0(e_i - e)$ , o efeito diferencial puro modificado,  $(2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^t - E_{ij}^0)(e_{ij} - e)$  e o efeito alocação,  $(E_{ij}^t - E_{ij}^0 - E_{ij}^0 + E_{ij}^0)(e_{ij} - e_i)$ .

Podemos tirar basicamente às mesmas conclusões a respeito de cada um desses efeitos sobre a característica que ele conferirá a um setor específico em certa região.

## 4. RESULTADOS

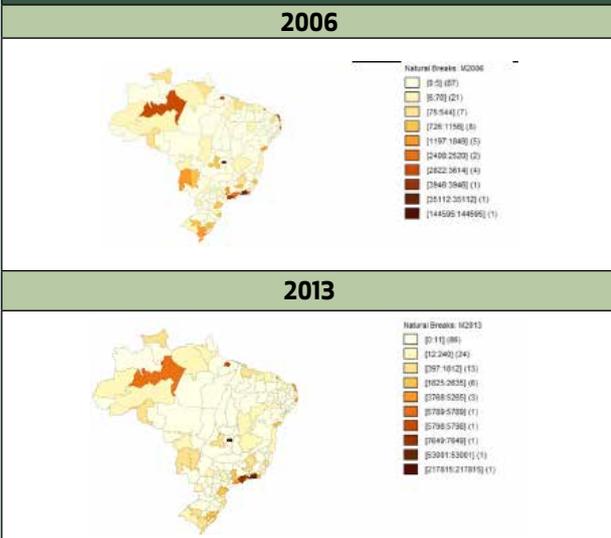
A aplicação do Método Estrutural Diferencial Modificado para as mesorregiões do Brasil (BR) foi realizada para os anos de 2006 e 2013, foi analisado o setor de Defesa do BR via RAIS.

A Figura 1 demonstra a evolução da distribuição dos empregados do setor de Defesa pelas mesorregiões do Brasil, onde fica evidenciada uma manutenção na distribuição proporcional dos empregados do setor no período.

Por sua vez, na Figura 2, pode-se observar o efeito Estrutural, distribuído espacialmente pelo Brasil, balizado pela estratégia do Livro Branco da Defesa Nacional e pelas repercussões de manutenção da condição industrial no Sudeste, em especial na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro; MESORREGIÃO Sudeste Rio-grandense, com a manutenção do escoamento estratégico pelo Porto do Rio Grande e Centro Ocidental Rio-grandense na fronteira Sul; MESORREGIONAL Centro Amazonense e de Marajá, em vista a proteção da região amazônica e a foz do Rio Amazonas; MESORREGIONAL do Leste Potiguar e Metropolitana do Recife para manutenção da região estratégica de contato com o continente europeu e africano, bem como, das rotas de navegação Norte-Sul; mesorregião Metropolitana de Salvador, mantendo as linhas Norte-Sul e de escoamento agrícola.



**Figura 1: Distribuição do emprego no setor de Defesa**



Fonte: Elaborada pelos autores, por meio do software Geoda.

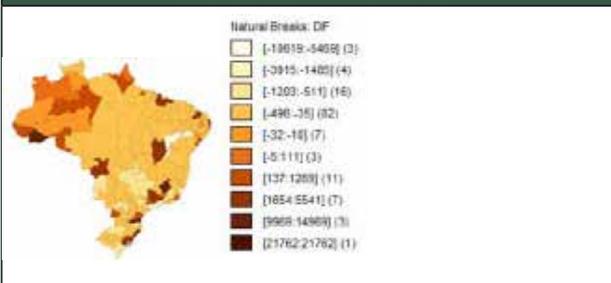
**Figura 2: Efeito Estrutural entre os anos de 2006 e 2013.**



Fonte: Elaborada pelos autores, por meio do software Geoda.

Na Figura 3 podemos perceber que a política de crescimento nas mesorregiões estratégicas está acima da média do Setor Defesa, sendo que a MESORREGIÃO Norte Maranhense se apresenta como uma novidade. Porém, cabe destacar a forte inversão de contingente para região Amazônica, bem como do Pantanal Sul-mato-grossense demonstrando a preocupação com essas fronteiras, em menor grau que a região Sul do país, esta última com presença histórica de contingentes.

**Figura 3: Efeito Diferencial entre os anos de 2006 e 2013.**



Fonte: Elaborada pelos autores, por meio do software Geoda.

Através da variação líquida total podemos identificar quais regiões apresentarem-se dinâmicos no período analisado no setor Defesa, ou seja, aqueles que apresentaram taxa de crescimento real superior a taxa teórica de crescimento. Na Figura 4, verifica-se que na UF do Rio de Janeiro apesar da queda de participação relativa (-2% acordo Tabela 3), as mesorregiões Metropolitana do Rio de Janeiro e Sul Fluminense apresentaram alto VLT, demonstrado por forte fator estrutural pela presença do setor naquelas regiões, bem como se corrobora a alocação de empregados relativa para a UF do Amazonas e alto VLT da MESORREGIÃO Centro Amazonense. Já, a UF do Rio Grande do Sul apesar do pequeno aumento relativo (2% no Tabela 3), possui significativo VLT da MESORREGIÃO metropolitana de Porto Alegre.

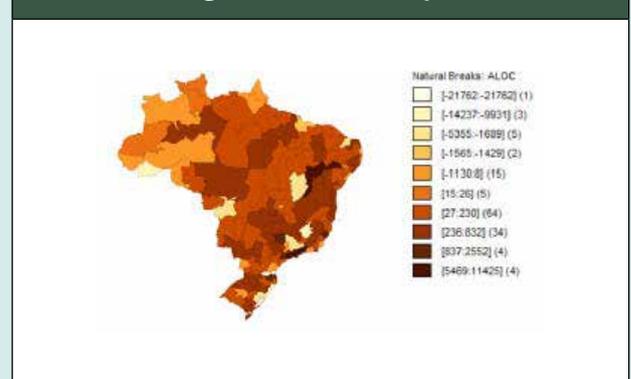
**Figura 4: Variação líquida total no período 2006 e 2013.**



Fonte: Elaborada pelos autores, por meio do software Geoda.

O efeito alocação modificado tenta detectar se houve alguma mudança estrutural entre os períodos referentes à análise. Os resultados da decomposição do efeito alocação modificado encontram-se na Figura 5. Vale destacar aqui que nossa primeira análise se concentrou no efeito alocação definido pelo efeito alocação modificado ( $A'_{ij}$ ) – que considera o entrelaçamento do período.

**Figura 5: Efeito alocação**



Fonte: Elaborada pelos autores, por meio do software Geoda.

Analisando o efeito alocação modificado, podemos perceber a tendência das mesorregiões apresentarem desvantagem competitiva. Das regiões que apresentam vantagem competitiva, 81% foram não especializadas. Tal fato corrobora o aspecto horizontalizado da administração do setor sendo que poucas mesorregiões concentram a especialização do setor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a evolução do emprego do Brasil, por MESORREGIONAL do setor de atividade Defesa, entre 2006/2013, destacando aqueles mesorregiões que mais cresceram no período em função de vantagens locais ou por apresentarem uma estrutura produtiva com setores dinâmicos em nível nacional, bem como comprovou a alocação da estrutura do setor acordo as prioridades do Livro Branco da Defesa Nacional.

No entanto, a estrutura manteve constância relativa no período, mas foi possível vislumbrar movimentos em direção as fronteiras, manutenção de pontos estratégicos do território nacional, bem como o combate de diversos ilícitos como contrabando e descaminho, acordo apontado com os novos desafios da Defesa pelo Livro Branco da Defesa Nacional. Mas foi possível verificar, também, que a estrutura centralizada do setor, que se manteve nas mesorregiões metropolitanas.

Portanto, comprovou-se a existência de movimentos em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa, porém é premente estudos que calibrem demais setores da CNAE, e o quantum da contribuição para o desenvolvimento da estrutura de Defesa, em especial a Indústria Nacional de Defesa e os setores ligados a manutenção diuturna das diversas Bases Operativas e demais Organizações Militares de Apoio.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. C. D. Defesa do Estado: As Forças Armadas nas Constituições Brasileiras (1822/2004). **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização) – Faculdade de Direito, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa** – MD51-M-04. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina\\_militar\\_de\\_defesa.pdf](http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf). Acesso em: 10 jul. 2014

\_\_\_\_\_. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014

BRADDON, D. Handbooks in Economics 12. Handbook of defense economics. **The Regional impact of defense expenditure**. North-Holland Elsevier, Netherlands, 1995.

CULLEN, J.; FISHBACK, Price V. **Did Big Government's Largesse Help The Locals?** The implications of WWII spending for local economic activity, 1939-1958. National Bureau of Eco-

nomie Research. NBER. Cambridge, MA. 2006. Disponível em: [www.nber.org/papers/w12801](http://www.nber.org/papers/w12801) Acesso em: 10 jul. 2014

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

MOARES, G. I.; PINTO, G. P.; MENEZES, G. R. A Marinha e o Desenvolvimento de Corumbá, Ladário e Rio Grande. **Revista Marítima Brasileira**, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, v. 136 n. 01/03, jan./mar. 2016.

PINTO, G. P.; BETANÇA, R. C. Influência da Marinha do Brasil na economia do município de Rio Grande. In: **Anais do 7º Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, 2014. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/face/lace/artigo\\_influencia\\_marinha\\_eeg\\_2014.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/face/lace/artigo_influencia_marinha_eeg_2014.pdf). Acesso em: 10 jul. 2014

SILVA, G. C. **Planejamento estratégico**. Brasília: UnB, 1981.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

### Como citar este documento:

MORAES, Gustavo Inácio de; PINTO, Guilherme Penha; MENEZES, Gabrielito Rauter. Economia da Defesa: um estudo da dinâmica estrutural-diferencial das mesorregiões brasileiras. **Revista PAGMAR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 55 - 60, jan./dez. 2018.

**Digital Object Identifier (DOI): 10.4322/pagmar.2446-4791.2018.008**

Recebido em 28JUN2017. Última versão recebida em 02SET2017. Aprovado em 25OUT2017.

Avaliado pelo sistema *Triple Review*: a) *Desk Review* pelo Editor-Chefe; e b) *Double Blind Review* (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

